

TOPONÍMIA NA PERSPECTIVA
DA TEORIA DA INTERDISCIPLINARIDADE:
BREVES CONSIDERAÇÕES NO CONTEXTO DO ENSINO

Verônica Ramalho Nunes (UFT)

vevethin@gmail.com

Karylleila dos Santos Andrade (UFT)

karylleila@gmail.com

RESUMO

A toponímia é a disciplina que estuda os topônimos, ou seja, os nomes próprios de lugares. É considerada parte da linguística e possui relações intrínsecas com a geografia, história, antropologia e outras áreas do saber, sendo uma disciplina de conteúdo interdisciplinar e está presente na grande área dos estudos lexicais. O estudo dos nomes de lugares preconiza movimentos que agregam fatores linguísticos, históricos, geográficos, sociais, culturais, não podendo ser vistos como um estudo de saberes isolados. Nesta perspectiva, a toponímia revela-se como uma disciplina interdisciplinar, por estabelecer uma interface com outras áreas. Desse modo, o ato de nomear torna-se imprescindível, de modo que os indivíduos deixam suas marcas, sua herança cultural e histórica. Fica evidente a relação desses estudos com a toponímia, visto que o ato de nomear possibilita maior interação do indivíduo com o meio em que habita. O estudo dos nomes de lugares é identificado a partir dos múltiplos olhares. Transita de maneira significativa pelas diversas áreas do saber, auxiliando na ampliação do conhecimento. Esses aspectos permitem que o processo de denominação dos topônimos não se realize de maneira fragmentada, ou seja, a partir de múltiplas possibilidades. Um exemplo é que esse estudo, sob a perspectiva do ensino, pode auxiliar o aluno na compreensão e construção de uma memória identitária dos lugares.

Palavras-chave: Toponímia. Interdisciplinaridade. Ensino.

1. Introdução

A toponímia é uma disciplina de conteúdo interdisciplinar e está presente na grande área dos estudos lexicais. Por meio do léxico, os grupos batizam os elementos ao seu redor, evidenciam sua cosmovisão e *modus vivendi*. Desse modo, o ato de nomear torna-se imprescindível, de modo que os indivíduos deixam suas marcas, sua herança cultural e histórica.

A toponímia revela-se, portanto, interdisciplinar ao manter relações intrínsecas com a história, antropologia, geografia, psicologia. Fica evidente a relação desses estudos com a toponímia, visto que o ato de nomear possibilita maior interação do indivíduo com o meio em que habita. Sousa (2013, p. 297) aborda que “o trabalho com a toponímia arti-

culará saberes geográficos, históricos, biológicos, antropológicos, além, é claro, de saberes linguísticos”.

Sabemos que a interdisciplinaridade busca um conhecimento universal e integrado dos saberes. Possibilita que a inovação e a dinâmica sejam constantes no âmbito das disciplinas e das metodologias aplicadas, ampliando assim, o processo de aprendizagem.

Para que o conhecimento seja pleno e ampliado, é importante que as disciplinas sejam trabalhadas por uma abordagem descompartmentalizada e desfragmentada. Com isso, os conhecimentos se integrariam e caminhariam para universalidade, de modo que a integração dos currículos baseados nos interesses e necessidades dos alunos atenderiam as relevâncias sociais de conhecimentos como ciências exatas, humanas, biológicas e sociais.

O surgimento da *interdisciplinaridade* deu-se por volta da década de 60 do século XX, na Itália e na França, em meio aos movimentos estudantis, que, dentre várias reivindicações, estava o anseio por um ensino que estivesse em sintonia com as questões socioeconômicas e políticas do período. Segundo Fazenda (2006, p. 5) “a década de 60 inaugura o início dos estudos sobre interdisciplinaridade. Surgem entre os teólogos e fenomenólogos a busca de um sentido mais humano para a educação e baseiam-se numa antropologia filosófica”.

Servindo-nos, por exemplo, de uma definição clássica produzida em 1970 pelo CERJ – Centro para Pesquisa e Inovação do Ensino – órgão da OCDE (Documento Ceri/HE/SP/7009), no qual *interdisciplinaridade* é definida como interação existente entre duas ou mais disciplinas, verificamos que tal definição pode nos encaminhar da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos-chave da epistemologia, da terminologia, do procedimento, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino, relacionando-os. Tal definição, como se pode constatar, é muito ampla, portanto não é suficiente nem para fundamentar práticas interdisciplinares nem para pensar uma formação interdisciplinar de professores. Podemos proceder a uma decodificação na forma de conceber a interdisciplinaridade. Fourez (2001) fala-nos de duas ordens distintas, porém complementares, de compreender uma formação interdisciplinar de professores, uma ordenação científica e uma ordenação social. A científica nos conduziria à construção do que dominaríamos saberes interdisciplinares. A organização de tais saberes teria como alicerce o cerne do conhecimento científico do ato de formar professores, tais que a estruturação hierárquica das disciplinas, sua organização e dinâmica, a interação dos artefatos que as compõem, sua mobilidade conceitual, a comunicação dos saberes nas sequências a serem organizadas. Essa proposição conduziria à busca da cientificidade disciplinar e com ela o surgimento de novas motivações epistemológicas, de novas fronteiras existências. Por isso, entendemos o seguinte: cada disciplina precisa ser analisada não apenas no lugar que ocupa ou ocuparia na

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

grade, mas nos saberes que contemplam, nos conceitos enunciados e no movimento que esses saberes engendram, próprios de seu *locus* de cientificidade. Essa cientificidade, então originada das disciplinas, ganha *status* de interdisciplina no momento em que obriga o professor a rever suas práticas a redescobrir seus talentos, no momento em que ao movimento da disciplina seu próprio movimento for incorporado. A segunda, então denominada ordenação social, busca o desdobramento dos saberes científicos interdisciplinares às exigências sociais, políticas e econômicas. Tal concepção coloca em questão toda a separação entre a construção das ciências e a solicitação das sociedades. No limite, diríamos mais, que esta ordenação tenta captar toda complexidade que constitui o real e a necessidade de levar em conta as interações que dele são constitutivas. Estuda métodos de análise do mundo, em função das finalidades sociais, enfatiza os impasses vividos pelas disciplinas científicas em suas impossibilidades de sozinhas enfrentarem problemáticas complexas. (FAZEN-DA, 2008, p. 18-19)

No Brasil, o surgimento da interdisciplinaridade ocorreu no final da década de 60, e sua chegada acabou exercendo grande influência em relação à elaboração das leis que regulamentam o ensino no país. A presença da interdisciplinaridade intensifica-se cada vez mais no cenário educacional brasileiro por meio da nova LDB N° 9.394/96, dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) na década de 90, bem como, das novas *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica*. A interdisciplinaridade ganhou força também nas escolas, integrando a prática e o discurso dos professores. Todavia, é comprovado que a interdisciplinaridade precisa ser mais conhecida e difundida no meio educacional, para que seja consolidada de fato nos processos de ensino. É necessário que o fazer interdisciplinar se desenvolva de fato na prática pedagógica.

Pensar de forma interdisciplinar possibilita ao homem o alcance de uma postura mais crítica diante dos fatos da realidade, compreendendo-a melhor. Ela vai além da justaposição de matérias quando interagimos em busca de objetivos comuns. Além disso, contribui para que o aluno amplie o seu campo de conhecimento, aprendendo a olhar um mesmo objeto sob distintos prismas. Nesse sentido, os acontecimentos da realidade social devem ser tratados de maneira desvinculada e desfragmentada, para que sejam dados os reais valores aos contextos sociais, econômicos, políticos e pessoais das experiências significativas dos alunos.

2. Toponímia no contexto da interdisciplinaridade

O anseio em diluir a tendência desarticulada e fragmentada do processo de conhecimento faz-se pela necessidade de comunicação e in-

teração entre as diferentes áreas do saber, superando-se a fragmentação do conhecimento que paira sobre o ensino, reproduzindo um saber dividido e resultando na desvinculação do conhecimento identificado atualmente.

O estudo dos nomes de lugares preconiza movimentos que agregam fatores linguísticos, históricos, geográficos, sociais, culturais, não podendo ser vistos como um estudo de saberes isolados. Nesta perspectiva, a toponímia revela-se como uma disciplina interdisciplinar, por estabelecer uma interface com outras áreas. No contexto do ensino, possibilita ao educando melhor compreender a realidade toponímica que o rodeia. Andrade e Dick (2012, p. 198) expressam que a

Toponímia deve ser pensada como um complexo línguo-cultural: um fato do sistema das línguas humanas. Podemos pensar que a relação da toponímia, a partir de uma visão interdisciplinar, estabelece sentido de unidade diante dos diversos saberes. Ou seja: possibilita ao sujeito (re)encontrar a identidade, história, etimologia do nome na multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista o plano onomasiológico no ato de dar nomes aos lugares.

Considerando seu objeto de estudo, os estudos dos nomes de lugares constituem uma abertura para que o aluno possa conhecer o *modus vivendi* do lugar em que vive, expandindo seu leque de informações. Ao nomear um lugar, o denominar estabelece vínculos com o contexto social, cultural, político e histórico, etc. E isso implica dizer que o signo toponímico pode ser determinado por meio das especificidades do ambiente, bem como das convicções, dos sentimentos e da realidade do denominador.

Atrrelada aos preceitos de interdisciplinaridade, constata-se que a toponímia só é possível vinculada a outros saberes, ela não se faz sozinha. “É uma disciplina que se volta para a história, a geografia, a linguística, a antropologia, a psicologia social e, até mesmo, à zoologia, à botânica, à arqueologia” (DICK, 1992), como exemplifica Andrade (2012) através da **Fig. 1**.

Trazer essa abordagem toponímica atrrelada à natureza interdisciplinar se faz necessária para que ela possa ser difundida no contexto do ensino, tendo em vista a importância do estudo dos nomes de lugares. Deve ser ampliada para o processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo a partir dos conteúdos presentes no livro didático, que podem ser trabalhados pelo viés da toponímia.



Fig. 1: Toponímia no contexto interdisciplinar. Fonte: Andrade, 2012, p. 220

Estudar os nomes de lugares propiciam possibilidades de ampliação do conhecimento, do leque de informações dos estudantes e, nesse sentido, contribuem significativamente para o processo de ensino, de modo que nos leve a pensar o trabalho com os topônimos de maneira específica, dinâmica, pedagógica.

Os estudos toponímicos apropriam-se dos elementos externos provenientes dos diversos campos de formação, sendo determinante para realidade sócio-histórica de hoje. Andrade e Dick (2012, p. 205) ressaltam que

Na geografia, a toponímia pode dar informações relevantes sobre vários aspectos: relevo, flora, fauna etc. pode ainda auxiliar na delimitação da separação entre duas zonas geográficas (por exemplo, entre a zona dos cocais e a caatinga do sertão brasileiro). É considerada uma fonte de informação para os historiadores (colonização, imigração, histórica e memória oral etc.), antropólogos (identidade, relação homem, cultura e meio social), biólogos (nomes de seres que compõem determinado bioma), botânicos (nomes de plantas) e outros pesquisadores. A linguística, particularmente, permite estudar a evolução fonética, a etimologia, os aspectos morfossintáticos e semântico-lexicais. Fruto de um movimento de aglutinação de aspectos sócio-históricos, culturais, geográficos e linguísticos, os nomes de lugares revelam a origem dinâmica dos lugares; tornando rica a maneira pelo qual os atores sujeitos se utilizam da linguagem para imprimir no espaço uma variedade de significados. O ato de nomear expõe como as pessoas se relacionam com os seus lugares, pensam, vivem e experimentam o espaço em sua plenitude.

O estudo dos nomes de lugares é identificado a partir dos múltiplos olhares. Transita de maneira significativa pelas diversas áreas do saber, auxiliando na ampliação do conhecimento. Esses aspectos permitem que o processo de denominação dos topônimos não se realize de maneira fragmentada, ou seja, a partir de múltiplas possibilidades. Um exemplo é que esse estudo, sob a perspectiva do ensino, pode auxiliar o aluno na compreensão e construção de uma memória identitária dos lugares.

3. O estudo dos nomes no processo de ensino-aprendizagem

Como fora mencionado anteriormente, os estudos toponímicos revelam a cosmovisão de determinadas comunidades, podem resgatar a memória, etimologia e valorizam a identidade. Enaltecem o sentimento de pertencimento e a valorização do lugar, evidenciam os aspectos da trajetória do homem em determinado território e revelam dados importantes em relação a história dos grupos humanos. Além disso, possibilitam o resgate de informações acerca da trajetória das comunidades que habitaram e habitam determinada região, bem como características dos momentos históricos vivenciados por esses grupos.

Nesta perspectiva, compreendemos o vínculo do estudo dos nomes de lugares ao processo de ensino-aprendizagem, considerando que é fundamental para o aluno conhecer a realidade que o cerca. Uma possibilidade viável é o estudo etimológico do nome do lugar em que ele vive, como forma de resgate e conhecimento da história e da memória do lugar. Estudar a etimologia do lugar é conhecer a origem do nome, a história, os significados das raízes e as influências que o nome sofreu ao longo dos anos. A etimologia, nesse contexto, pode tornar-se um instrumento, sob a ótica da linguística, importante para ampliação do leque de conhecimento do aluno, auxiliando significativamente para o processo de ensino como forma de apropriação de mais informações a respeito do nome de lugar.

A respeito de outros aspectos ou conteúdos que podem ser abordados no ensino, Sousa (2013, p. 295-296) reitera que a toponímia compreende conhecer

- a) a história dos grupos humanos que vivem ou viveram na região; b) as características físico-geográficas da região; c) as particularidades socioculturais do povo (o denominador); d) extratos linguísticos de origem diversa da que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desapareceram; e) as relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Conforme o autor, a toponímia está diretamente relacionada ao contexto cultural de uma comunidade e poderá permitir ao educando estabelecer, preservar e conhecer os aspectos históricos, linguísticos, bem como os valores por meio dos estudos dos nomes de lugares.

Vinculado ao fazer interdisciplinar, voltado ao processo de ensino-aprendizagem, a partir do estudo da geografia por exemplo, o estudo toponímico permitirá que o aluno obtenha mais informações acerca da fauna, flora, ambiente, espaço geográfico, paisagem, dentre outros aspectos físico-naturais que permeiam os nomes. Com relação ao ensino de língua portuguesa, podemos incluir discussões pertinentes a questões etimológicas, semântico-lexicais, fonético-fonológicas etc.

Quanto ao ensino de história, os topônimos poderão proporcionar conhecimentos a respeito da tradição, da memória e da história oral, além do contexto de formação histórica quanto à colonização, processos de imigração e emigração e outros aspectos importantes da história do país, estado, município, vila, distrito ou qualquer outro lugar em que vive ou já viveu. Numa vertente da antropologia, é possível que o aluno identifique as relações do homem como a identidade e a cultura local ou regional.

A toponímia estabelece uma relação intrínseca entre língua, identidade e cultura, o que tende fomentar o processo de ensino-aprendizagem em relação às questões cotidianas do conhecimento dos alunos.

4. Os nomes de lugares nos documentos oficiais

O fazer interdisciplinar é compreendido como a relação de troca constante e de integração mútua entre as disciplinas. Para Japiassu (1976, p. 74), a “interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa”.

A partir desse universo interdisciplinar em que a toponímia se encontra inserida, pode-se afirmar que ela, no contexto escolar, contribui para a compreensão da cultura local, identidade, evidência histórica. Como estamos trabalhando no contexto da escola, acreditamos ser imprescindível identificar e conhecer de que forma os nomes de lugares estão apresentados nos documentos oficiais, uma vez que eles são documentos norteadores no que concerne aos encaminhamentos e as atividades desenvolvidas nas escolas.

De acordo com esses documentos, os conteúdos e as propostas pedagógicas devem ser estabelecidos de acordo com o contexto/realidade social das comunidades escolares. Eles são orientações relativas ao cotidiano escolar, aos conteúdos a serem trabalhados, ou seja, eles têm o papel de subsidiar os educadores para melhor qualidade em suas práticas pedagógicas. Abordaremos os seguintes documentos: os *PCN de Geografia do Ensino Fundamental*, o *Referencial Curricular do Estado do Tocantins* e a *Novas Diretrizes Curriculares da Educação Básica*.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* constituem as referências nacionais do ensino básico, cujo objetivo é orientar o planejamento escolar, as ações de reorganização do currículo, levando em conta as diferenças étnicas e culturas brasileiras, tornando-se assim, adaptável a qualquer local e qualquer realidade escolar.

Para este trabalho, buscou-se analisar de que maneira os nomes de lugares estão inseridos nos *PCN de Geografia do Ensino Fundamental*, e em que contexto eles aparecem. Os PCN (1998, p. 07) explicitam que é importante conhecer em diversos âmbitos as dimensões culturais do país. Acreditamos que o contexto cultural de um grupo remete conhecer a história do lugar, ou melhor, do nome de lugar. Identificamos, ainda, que os nomes de lugares aparecem como nomes geográficos, terminologia específica da geografia, e relacionam-se diretamente às questões territoriais. Não são estabelecidas maiores relações com os nomes (cidades, países, municípios, vilas, distritos etc.), fazem, no entanto, uma abordagem implícita em mapas e imagens em um contexto mais locacional.

Já o *Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Tocantins* (2009, p. 162) aponta indicativos que sugere o trabalho dos nomes de lugares por uma ótica interdisciplinar, embora de maneira superficial. O documento apresenta que é necessário conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa na geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território, o lugar, os seus processos de construção, identificando suas relações, problemas, contradições, bem como realizar leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informações, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens. O documento também estabelece que seja necessário “Compreender a organização do espaço geográfico e funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, a partir das manifestações da sociedade na construção e na produção do território, da paisagem e do lugar”. (BRASIL, 2009, p. 168)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A abordagem é muito semelhante ao que preconizam os *PCN de Geografia* (1998), visto que a ênfase ao estudo dos nomes de lugares propriamente dita é praticamente inexistente. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* ainda estão em vigor, no entanto, já se encontram disponibilizadas as novas *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica* (DCNEB), as quais discutiremos a seguir.

As *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica* (2013) foram recentemente atualizadas e são responsáveis por estabelecer a base nacional comum, orientar a organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das redes de ensino no Brasil de modo geral. Elas constituem-se de um documento muito amplo, pois direciona e norteia a educação infantil, fundamental e média, também integram a obra as diretrizes e respectivas resoluções para a educação no campo, a educação indígena, a quilombola, a educação especial e de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, a educação profissional técnica de nível médio, a educação ambiental, a educação em direitos humanos, a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Em relação à questão dos nomes de lugares, o documento sugere que a relação dos indivíduos com o lugar enaltece um sentimento de pertinência e está intimamente atrelada aos preceitos de ancestralidade, dignidade e de forte dimensão coletiva.

O *território* diz respeito a um espaço vivido e de profundas significações para a existência e a sustentabilidade do grupo de parentes próximos e distantes que se reconhecem como um coletivo por terem vivido ali por gerações e gerações e por terem transformado o espaço em um lugar. Um lugar com um nome, uma referência forte no imaginário do grupo, construindo noções de pertencimento. Trata-se de um espaço conquistado pela permanência, pela convivência, que ganha importância de uma tradicionalidade ao servir de suporte para a existência de um grupo de pessoas aparentadas por afinidade e consanguinidade ou até mesmo por uma afiliação cosmológica. (BRASIL, 2008, p. 419)

De acordo com o que estabelecem as novas *Diretrizes Curriculares Nacionais*, não é possível pensar em uma cidadania concreta sem levar em consideração a importância dos lugares, tendo em vista que os povos dependem em todos os sentidos dos lugares em que vivem. Os lugares são a base para que as pessoas se estabeleçam como cidadãos, sendo assim, os nomes de lugares acompanham esse sentimento de pertencimento, por estarem diretamente relacionados com o modo de vida das

comunidades, além de representarem toda simbologia histórico-cultural destes lugares e das pessoas.

5. Considerações finais

O estudo dos nomes revela aspectos inerentes à cultura, identidade, memória, política, religião de um povo, os quais acreditamos que, aplicados ao contexto do ensino, poderão possibilitar a ampliação do processo ensino-aprendizagem ao contribuir para o complemento de informações nas diferentes áreas do conhecimento. No ensino de história, poderá auxiliar no conhecimento da memória oral, tradição, processos migratórios e de colonização; na linguística, poderá contribuir para os estudos da semântica, do léxico, contexto etimológico etc.; no ensino de geografia, poderá possibilitar a ampliação do estudo de aspectos da paisagem, território etc.

Acreditamos que o estudo dos nomes de lugares possibilita ao sujeito ampliar seu leque de informações pertinentes ao aspecto social, cultural, identitário e histórico de um lugar, evidenciando seu caráter interdisciplinar.

REFEFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, K. S. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na Interdisciplinaridade. *Revista Eletrônica de Linguística Domínios de Lingu@agem*, vol. 6, n. 1, p. 205-225, mar./jun. 2012.

_____; DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de um a proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*, volume VI. Campo Grande: UFMS, 2012. p. 193-207.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica*. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1992.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: qual o sentido?* 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. (Org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

SOUSA, Alexandre Melo de. Para a aplicação da toponímia na escola. *Cadernos do CNLF*, vol. XVII, n. 02. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. *Referencial curricular do ensino fundamental das escolas públicas do estado do Tocantins: ensino fundamental do 1º ao 9º ano*. 2. ed. Palmas: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2008.